

COMANDOS NACIONALISTAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: NOTAS PRELIMINARES

CARLA BRANDALISE*
MARLUZA MARQUES HARRES**

RESUMO: Neste artigo abordamos a formação dos Comandos Nacionalistas no Rio Grande do Sul enquanto proposta de organização popular, de participação e engajamento político estrategicamente articulado para influenciar a formulação de políticas de Estado. A partir da perspectiva da história oral buscamos ampliar nossa compreensão sobre o envolvimento do PTB nesta experiência de mobilização popular empreendida no contexto da década de 1960.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos dos Onze; Comandos Nacionalistas; Partido Trabalhista Brasileiro; Organização Popular

RÉSUMÉ: Cet article traite de la formation des 'Commandes Nationalistes' du Rio Grande do Sul comme une proposition d'organisation populaire, de participation et d'engagement politique stratégiquement articulé à influencer la formulation des politiques d'État. Du point de vue de l'histoire orale nous cherchons à élargir notre compréhension de l'implication de PTB dans cette expérience de mobilisation populaire entrepris dans le contexte des années 1960.

MOTS CLÉS: Des groupes de onze; Nationalistes commandes; Parti travailliste brésilien; Organisation du peuple

* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Doutora em História Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris.

** Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste artigo analisamos entrevistas realizadas com dois políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representantes do trabalhismo rio-grandense com ampla atuação política na década de 1960. Considerando as entrevistas escolhidas, optamos por militantes com forte presença política em seus respectivos níveis de atuação, destacando-se: um por seus vínculos no âmbito da política nacional e, o outro, por sua atuação política no interior do estado do Rio Grande do Sul. As entrevistas com Ney Ortiz Borges e Hermeto Araujo compõem o acervo constituído durante as pesquisas desenvolvidas pelas autoras sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), focando, especialmente, a atuação partidária no Rio Grande do Sul, no período que antecede o golpe militar de 1964. O mote desta pesquisa está em analisar a organização de um movimento político desencadeado no ano de 1963 sob o comando do PTB e que revela, de alguma forma, profundas mudanças a caracterizar um processo de radicalização, pelo menos em sua versão mais comumente conhecida. A organização dos Comandos Nacionalistas, também designados na época como Grupos de Onze Companheiros, está diretamente relacionada ao clima de insegurança envolvendo o exercício político na IV República desde a posse presidencial do vice-presidente João Goulart. A organização desse movimento político no final do ano de 1963 é ainda um tema pouco estudado e cujo conhecimento acredita-se poder iluminar a reflexão sobre participação política, ou mesmo sobre a sua ausência na sociedade brasileira, possibilitando ampliar nossa compreensão sobre os limites do campo político participativo naquele contexto.

Existem duas obras, produtos de dissertações de mestrado, que tratam mais detidamente desse tema no estado, abordando a estruturação e atuação dos Comandos Nacionalistas no Alto Uruguai. A obra de Elenice Szatkoski¹ investiga os Grupos dos Onze Companheiros, sobretudo, no município Frederico Westphalen. O trabalho de Marli de Almeida Baldissera² mantém

1 SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003.

2 BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai* – RS. Passo Fundo: Editora da Universidade de

a investigação na região do Alto Uruguai, mas com ênfase na cidade de Erechim.

Tanto uma obra quanto a outra priorizam a análise documental das perseguições efetuadas pelo regime militar aos membros dos grupos dessas áreas, ou seja, quando os Comandos Nacionalistas já haviam sido desarticulados em função do golpe de estado de 1964. Demonstram que, nessa região de predominância agrícola, o brizolismo era bastante difundido, em especial, através do rádio, uma vez que grassava o analfabetismo. Dadas as características da localidade, a proposição de reforma agrária fomentava adesões a essa vertente política. Como as diretrizes dos Grupos dos Onze não eram compreendidas em seu todo, a crença de que obteriam benefícios agrícolas e terras servia de mote principal para a filiação ao movimento. Um ponto encontra divergência entre as autoras. Szatkoski defende a ideia de que os Comandos Nacionalistas eram, de fato, grupos guerrilheiros, enquanto Baldissera desacredita esse caráter. Afirma que eram, antes, grupos de pressão a promover as reformas de base, transformando-se, talvez, posteriormente, em partido reformista radical.

A compreensão da construção da democracia brasileira em sua historicidade, focando especialmente a experiência que se abre em 1945, comporta a análise da dinâmica e das formas de envolvimento da população. Buscamos ampliar nosso conhecimento sobre as relações que foram construídas com os partidos políticos e as formas de canalização das demandas populares, bem como suas implicações na institucionalização e configuração de um espaço público naquele contexto. Questão particularmente importante quando pensamos que a participação em uma sociedade que se pretende democrática não se limita e nem se esgota em termos meramente eleitorais, exige e incentiva outras formas de integração fundamentais para que se possa difundir a noção de responsabilidade política solidária e a construção de relações de confiança entre sociedade e o sistema partidário. Uma tentativa de mobilização, um movimento de engajamento político, acompanhado da construção de expectativa

Passo Fundo, 2005.

existiu naquele momento, e afetou muitos brasileiros para que hoje apenas tenha sobrado murmúrios e silêncios.

Neste artigo, a perspectiva metodológica adotada privilegia o foco nos indivíduos e trabalha com a reconstrução de experiências político-participativas a partir da memória dos agentes que delas tomaram parte. A respeito da história oral cabe algumas considerações. Os historiadores cedo se deram conta que, trabalhar com fontes orais na perspectiva da história, significa trabalhar com as lembranças, com o processo de rememoração, implicando pensar a respeito da construção ou do trabalho elaborado pela memória na longa duração do tempo. É preciso desvendar esse outro caminho de acesso ao passado que é a memória. Trata-se de examinar e problematizar como as narrativas construídas pela memória atualizam o passado. É preciso ressaltar que o suporte da memória é sempre o indivíduo, mas a conformação das memórias e a sua seletividade envolve processos de convivência e comunicação, que são considerados fundamentais.³ Esse aspecto da comunicação também é destacado pelos pesquisadores James Fentress e Chris Wickham que afirmam: “Em si e por si, a memória é simplesmente subjetiva. Ao mesmo tempo, porém a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros”.⁴ Em história oral trabalha-se com o interesse de estimular o processo de rememoração, o qual tem um fluxo próprio que inclui cadeias de associações reveladoras da lógica interna do depoimento. A comunicação da experiência requer a sua organização de acordo com certo significado e sua expressão em uma forma narrativa, a qual ordena e articula o relato em torno da interpretação dos acontecimentos construída pelo entrevistado. O ideal nesta perspectiva e na pesquisa atual é a possibilidade que se abre para a problematização acerca da presença e interiorização de normas e valores compatíveis com um regime político democrático, bem como as contradições e

3 Tema amplamente desenvolvido no trabalho clássico de Maurice Halbwachs. Ver: HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2004

4 FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema; 1992. p.20.

limites enfrentados nesta experiência republicana democrática.

Com o golpe civil-militar que rompeu com a normalidade política vivida no país, produziu-se um silêncio e certa censura a respeito dessas experiências de participação. Como se formavam os grupos? Quais as repercussões dessa mobilização? Qual a relação do partido PTB com as organizações formadas? Que memórias se formaram e circulam a respeito da participação política nesse período? São algumas das questões que interessa ao aprofundamento do tema. Estamos abordando uma experiência de engajamento político que foi portadora de uma expectativa de futuro, mas que ao ser brutalmente interrompida tornou-se alvo de desqualificações. A questão de fundo inspiradora da pesquisa é analisar esse movimento político como parte da conjuntura de 1963, trabalhando as formas como foi interpretado na época, mas também enfocando e buscando as narrativas que sobre ele se constituíram, incluindo nessa dimensão, o trabalho de atualização da experiência produzido pela memória daqueles que dele participaram.

Por se tratar de um movimento derrotado, esparsa documentação e referências existem. Torna-se necessário, assim, um esforço de pesquisa na realização de entrevistas, de modo a não se perder a experiência política que antecedeu o golpe militar de 1964, e que estava ligada à tentativa de contraposição ao golpe.

Devemos ter presente que em 1961, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros, um movimento de defesa da democracia emergiu do Rio Grande do Sul e ganhou expressão nacional como Campanha da Legalidade, liderada pelo na ocasião pelo próprio governador do Estado. A mobilização e a adesão obtidas pela Campanha da Legalidade contribuíram para a posse de João Goulart à presidência da República, embora aceitando a mudança do sistema de governo que deixou de ser presidencialista e passou a ser parlamentarista. A partir desse momento o movimento pelas Reformas de Base foi intensificado, tornando-se a principal bandeira do PTB, com reflexos positivos sobre a mobilização popular. Foi no contexto da crise política em que o país mergulhou a partir da renúncia de Jânio Quadros,

sob exercício do regime parlamentarista, o mesmo sem alcance e correspondência com a prática política realizada até então, que podemos situar a organização dos Comandos Nacionalistas.

A expressão política do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul manifestava-se nas urnas por meio do crescimento firme e persistente do seu eleitorado, a ponto de levar a uma reorientação na disputa e ao incremento da organização dos opositores. Considerando o período 1945-1964 e o crescente fortalecimento do partido, a derrota do PTB esteve frequentemente condicionada a forte e perseverante articulação dos partidos na formação de frentes anti-PTB, tal configuração acabou envolvendo a dinâmica política gaúcha em uma polarização que apenas tinha como força aglutinadora a oposição aos políticos do PTB, tentando, de todos os modos, quebrar a influência e penetração do trabalhismo no estado. Esses partidos, nucleados em torno do PSD, agregaram em um primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. No estado, portanto, não se reproduz a comum aliança nacional entre PTB e PSD característica do período e significativa para a vitória destas forças políticas no restante do país.

No contexto de 1961, o governo do Rio Grande do Sul tornou-se uma das bases de sustentação do novo presidente, o que aparece plenamente justificado diante da preponderante penetração regional do PTB neste estado. Momento importante na projeção do partido, a Campanha da Legalidade foi liderada pelo então governador Leonel de Moura Brizola, conformando-se estrategicamente como uma ampla mobilização radiofônica promovida a partir do Rio Grande do Sul. Durou 10 dias, entre agosto e setembro de 1961, carregando a expectativa de garantir a posse de João Goulart à presidência da República, vacante com a renúncia de Jânio Quadros.⁵ Leonel Brizola tinha nos

⁵ Ver, entre outros: SILVEIRA, Norberto. Reportagem da Legalidade. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação, 1991; MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. Que as armas não falem. São Paulo: Senac, 2001; LABAKI, Almir. 1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista. São Paulo: Brasiliense, 1986. FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto a setembro de 1961. In: O Imaginário Trabalhista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FELIZARDO, Joaquim. A Legalidade. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

discursos veiculados pelo rádio um dos seus principais recursos de mobilização. A importância e a potencialidade que ele reportava a esse instrumento aparecem em entrevista posterior sobre o discurso radiofônico que desencadeou a Campanha da Legalidade, em 1961: “Foi possível aquela resistência nacional, porque contamos com uma comunicação através do rádio(...) e foi graças àquela locução plena de emoção que eu fiz para dar conhecimento a opinião pública daquela ordem tresloucada de bombardear o palácio...”⁶

Fundamental considerar essa resistência estruturada naquele momento, pois foi uma experiência de organização da sociedade civil, voltada à defesa e afirmação das prerrogativas da democracia brasileira, considerada em risco e sob ameaça, tendo em vista o veto imputado pelo Ministro da Guerra a legítima posse do vice presidente da República. Em 1961 um consenso pode ser construído e teve força para agregar significativamente os brasileiros em torno de uma mesma causa. Esses acontecimentos afetaram profundamente a população gaúcha e, como veremos nos depoimentos, são referências quando se leva em consideração a liderança de Brizola.

Com a Campanha da Legalidade o governador do Rio Grande do Sul conseguiu projeção nacional, o que facilitou sua eleição, por expressiva margem de votos, para Deputado Federal pelo estado da Guanabara, no pleito de 1962. Como Deputado Federal assumiu uma posição de liderança da ala majoritária do PTB, a reformista-nacionalista, bem como de parcela significativa das esquerdas parlamentares. No Congresso a atuação de Leonel de Moura Brizola vai se destacar na defesa do programa reformista, compromisso assumido pelo PTB desde as campanhas eleitorais objetivando a conquista da vice-presidência da República para João Goulart e que havia sido reforçado na Campanha da Legalidade.

6 Apud: FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio e Capitalismo no Rio Grande do Sul. Canoas: Ulbra, 2007. Ainda sobre o poder de comunicação de Brizola, Paulo Schilling elucida: “Das qualidades positivas de Brizola, seguramente a mais valiosa é a sua capacidade de traduzir a um linguajar acessível às grandes massas, as mais complexas teorias econômicas e sociais. Ele dava explicações que escandalizavam especialistas (...) que, porém, correspondiam com a realidade e eram entendidas pelo povo.” SCHILLING, Paulo. Como se coloca a direita no poder: os protagonistas. SP: Global, 1979. p. 219.

A fim de intensificar a luta pelas reformas, O Deputado instiga a organização da Frente de Mobilização Popular (FMP). A respeito desta iniciativa esclarece Jorge Ferreira:

“No início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular. Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático.”⁷

Ainda dentro da perspectiva de impulsionar as políticas reformistas pressionando para tanto inclusive o governo do presidente João Goulart, o Deputado Leonel Brizola passou a orientar a organização popular por meio dos Grupos dos Onze Companheiros, também designados Comandos Nacionalistas, que se estruturavam como formações políticas objetivando resistir ao embate com os setores conservadoras. Tal iniciativa não era uma medida isolada, o clima cultural na época orientava-se nessa direção. Os termos desta chamada, veiculada em novembro de 1963, apresentavam um apelo ao povo:

“O povo brasileiro precisa urgentemente organizar-se. Onde quer que se encontre, mesmo nos lugares mais longínquos da Pátria. Se, em curto espaço de tempo, conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para que o nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, nos momentos em que pretendam garrotear as nossas conquistas democráticas, venha assumir uma posição não apenas de defesa de suas liberdades mas, também, para caminhar por si mesmo, me busca de sua própria libertação.”⁸

A propósito das intenções de Brizola, Jorge Ferreira

7 FERREIRA, Jorge. A estratégia de confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. SP, V. 24, n° 47, 2004. p. 189.

8 BRIZOLA, Leonel. Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. Defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro. Reformas imediatas. Libertação nacional. Rio de Janeiro, 1963, 10 p, 2 ex. Arquivo CD-AIB/PRP. (Porto Alegre).

esclarece: “O líder trabalhista queria reunir os trabalhadores em uma organização simples, ao alcance de todos, nas mais distantes localidades do país, articulando-a a outras existentes, a exemplo da FMP, do CGT, da UNE, da FPN, das Ligas Camponesas, do PTB e do PSB.”⁹

Com os Grupos dos Onze Companheiros, Brizola pretendia contar com uma força de organização extra-parlamentar, especialmente junto aos setores populares, uma força de mobilização e politização que conseguisse atuar a partir das bases do PTB. A alegoria remetia a um time de futebol, onde se sedimentaria a união e comunhão em torno de ideais de conquistas sociais e políticas. Em um ritual pré-programado, no momento de fundação de cada um desses grupos, uma Ata era elaborada. Essas Atas seguiam um modelo padrão e nelas constavam registrados os nomes e endereços do comandante, do subcomandante e demais membros do Comando Nacionalista então formado. No modelo de Ata encontra-se registrado de modo sintético a formulação dos objetivos:

“O Comando Nacionalista que fundamos tem por objetivo a atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbana, e, sagrada determinação de luta pela liberação de nossa Pátria da espoliação internacional.”

Uma vez preenchida, a ata de fundação deveria ser enviada ao próprio Leonel Brizola, que registrava seu recebimento lendo os nomes desses adeptos em programa semanal na rádio Mayrink Veiga, a partir do Rio de Janeiro. Valia-se novamente do instrumento de comunicação privilegiado – a rádio – que sabia usar tão bem, como já fora evidenciado em 1961. Apesar das medidas implementadas pelo partido para eliminação destas listas, muitos integrantes dos grupos sofreram perseguições

9 FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel, *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, v. 2), p. 557.

políticas posteriormente efetuada pelo regime militar.

Havia uma cartilha que detalhava as motivações e servia de orientação a todos os integrantes, membros destas pequenas organizações de mobilização popular - “Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”.¹⁰ Como já referido, a cartilha era assinada por Leonel Brizola, datando a conclamação de 29 de novembro de 1963. A abertura já revelava o tom dramáticos empregado na explicitação do momento histórico vivido:

“Passamos a viver momentos decisivos de nossa vida e de nossa história. Aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra. O presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer, dramaticamente, para que nós brasileiros sob o impacto de seu sacrifício, viéssemos compreender a grande mensagem contida em sua carta-testamento.”¹¹

Transformações eram necessárias e o tom era de preparação, a evocação da mensagem e do nome do presidente Vargas articulava os dois grandes temas do discurso brizolista: a luta contra a espoliação estrangeira e as reformas que acionariam o processo das transformações.

No Rio Grande do Sul, a organização política de Brizola provocou reações e de imediato estabeleceu um amplo e acirrado debate entre os deputados estaduais da Assembleia Legislativa, bem como na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Fatos estes que estão sendo recuperados seja com entrevistas, seja com levantamentos nos Anais das respectivas instituições. Neste sentido, optamos por tomar como ponto de partida na constituição da rede de entrevistados os antigos políticos daquele período, personagens que estiveram de uma forma ou de outra, ligados ou testemunharam os acontecimentos da época.

As entrevistas realizadas com vereadores, deputados

10 BRIZOLA, Leonel. Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. Defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro. Reformas imediatas. Libertação nacional. Rio de Janeiro, 1963, 10 p, 2 ex. Arquivo CD-AIB/PRP. (Porto Alegre).

11 Ibidem.

estaduais e federais, que atuaram na Legislatura do imediato pré-golpe de 1964 revelam, em sua maioria, as marcas e dificuldades em lidar com esse passado, carregado de sonhos e utopias, mas drasticamente interrompido. Dado o trabalho preliminar de análise destas entrevistas optamos por trazer neste artigo apenas dois dos depoimentos, nos quais estamos trabalhando.

Ney Ortiz Borges passou sua infância no interior de Soledade, localidade onde nasceu em 25 de junho de 1924. A ampliação de seus estudos foi difícil, pois cedo assumiu a responsabilidade por seus irmãos. Conseguiu formar-se em Direito em 1952, mas neste momento já estava profundamente envolvido com a política. Declara - se Getulista, escolha e adesão que aconteceu antes mesmo de ter integrado a Ala Moça do PTB já na década de 1940. Desde essa época atuava juntamente com Leonel Brizola, a quem considera um grande amigo e companheiro político. Foi Vereador por Porto Alegre e líder do PTB na Câmara de Vereadores. Como Deputado Estadual também ocupou cargo de líder e vice líder da bancada na Assembleia Legislativa. Manteve sempre estreitos laços com Leonel Brizola, contribuiu sempre ativamente com os projetos e programas quando este esteve à frente dos governos trabalhistas. Combateu a forte oposição ao trabalhismo, em especial ao brizolismo, que aos poucos se estruturou no Rio Grande do Sul. Compartilhou também com Brizola a representação na esfera federal, tendo sido eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul em 1962. Foi um colaborador e um homem do partido, tendo expressiva liderança nas três esferas onde atuou como político.¹²

No que se refere as memórias sobre a criação dos Grupos dos Onze no contexto de 1963, Ney Ortiz Borges¹³ comenta que tivera uma conversa com Leonel Brizola, durante seus encontros na Câmara Federal, e que o mesmo teria externado sua vontade de criar uma organização, pois tinha plena consciência que não poderia contar somente com os companheiros de partido, pois

12 Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Projeto Memorial do Legislativo. 51º Legislatura. 2014.

13 Entrevista realizada em 15 de abril de 2011 por Carla Brandalise com o ex-deputado Ney Ortiz Borges (PTB) para o Memorial da Assembleia Legislativa.

alguns eram profundamente conservadores. Ney afirma:

“Cheguei a perguntar para ele, lá na Câmara mesmo – sentávamos juntos – por que queria criar esses Grupos de Onze em vez de usar o partido, os diretórios partidários. Ele me disse que não tinha nada contra ninguém, mas que o trabalho que queria fazer deveria ser mais consistente. Dizia que, entre os companheiros, especialmente no interior, havia muitos que não aceitavam movimentos como o que ele queria propor. Acreditava que não adiantaria movimentar o partido para fazer o que ele pretendia.”

Para Ney, o esforço de Brizola visava “reunir pessoas que tivessem ideias definidas no sentido de promover a modificação das estruturas econômicas, sociais, políticas e educacionais do País”. Ou seja, estava em questão a composição de novas forças de apoio às mudanças, mas essas forças, naquele momento, não podiam mais se restringir ao partido, embora ainda fosse o PTB o principal articulador da bandeira pelas Reformas de Base. Em outra passagem esclarece a respeito do perfil de militante desejado para o movimento brizolista: “Ele queria gente que tivesse a possibilidade de ter atitudes mais agressivas para poder, como dizia ele, modificar as estruturas econômicas, sociais, políticas e educacionais do País.”

Mudanças e transformações que enfrentassem os problemas e demandas da sociedade brasileira estavam no horizonte da política brasileira, uma expectativa que era alimentada pelo próprio PTB, já que havia se comprometido com as Reformas de Base em suas campanhas eleitorais. Como ressalta Lucília de Almeida Neves:

“A ideia de mobilização e conscientização predominava entre os segmentos da sociedade que apostavam na superação das condições de subdesenvolvimento do país pela adoção de políticas nacionalistas e reformas sociais. Era preciso “mobilizar o povo”, “conscientizá-lo” e “apoiá-lo em sua organização”. Essas eram condições entendidas pela vanguarda cultural e política como necessárias à construção de uma democracia social e de uma ordem política e econômica emancipada.”¹⁴

14 NEVES, Lucília de Almeida, Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania.

A natureza destes grupos, como vimos anteriormente, não é claramente identificável. Estando ainda envolto em ambiguidades e contradições a forma, a concretude pretendida pelo movimento dos Onze, assim como as experiências e ações que lograram realizar em algumas localidades do Rio Grande do Sul. Neste sentido, a entrevista com Ney Ortiz Borges reafirma o caráter político e aglutinador das pretensões de Brizola. Nega que o mesmo estivesse pensando em termos de formação de milícias paramilitares. A esse respeito relata:

“Ele não queria implantar milícias. Acho que nunca pensou nisso – para mim, pelo menos, nunca disse nada. O que ele queria fazer, já que no partido havia muita gente conservadora, que não aceitava as mudanças, era organizar grupos para influir na opinião pública, fazendo com que a própria opinião pública levasse a uma modificação, a uma política diferente no partido.”

Novamente a questão do conservadorismo e de como isso poderia ser superado no próprio partido aparece no relato de Ney Borges, oferecendo uma interpretação para a iniciativa de criação destas associações de participação política que coloca em foco a própria relação de Brizola com o partido e seus eleitores. O destaque é para formação de um movimento participativo nas bases, com capacidade influenciar e provocar mudanças na formulação das políticas do PTB, considerando seu papel em defesa das reformas nos diferentes espaços de sua atuação representativa. Enquanto discurso, todos defendiam as reformas de base, contudo sua concretização não obtinha pronta adesão.

Ney Ortiz Borges entrou em contato com vários Comandos Nacionalistas, mas reconhece que sua estruturação escapou ao partido. Para ele, a formação desse movimento estava diretamente ligada ao Brizola que era seu idealizador, contudo os companheiros eram incentivados a participar e a enviar a relação dos grupos de cada município. As redes se organizavam a partir dos municípios, alcançando com certa expressão o interior do estado:

In: *RBH*: Brasil 1954-1964. vol. 14, n° 27, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, 1994. pp 61-71. p. 62

“Tive contato com muita gente. Como deputado, fazíamos reuniões no interior, e sempre havia alguém dizendo que era do Grupo dos Onze, que tinha formado o Grupo dos Onze. Muitos deles até me davam a relação dos Grupos dos Onze para eu levá-la ao Brizola, porque tinha contato com o Brizola sempre, pois ele era meu colega na Câmara dos Deputados.”

A atuação desse movimento foi disseminada por todo o país, o que deve ter sido facilitado em função da rede radiofônica comandada a partir da rádio Mayrink Veiga. Sua amplitude e alcance ainda merecem atenção. Segundo Ney Ortiz Borges:

“O Brizola tinha uma relação de centenas dos Grupos dos Onze, no Brasil inteiro. Não era só aqui no Rio Grande do Sul. Tinha gente dos grupos no Estado mais reacionário daquela época – era contra nós, já era contra o Getúlio, foi contra o Jango e era contra o Brizola –, São Paulo. Até lá tinha Grupos dos Onze Companheiros.

Para Ney Ortiz Borges a atuação destas organizações, seu modo de operar, limitava-se a divulgação e propagação do ideal reformista, eram agentes da pressão pelas reformas, estas visualizadas como efetivamente possíveis, situadas num amplo leque de possibilidades, pois envolvia o próprio governo instituído. Essas organizações representam, segundo Borges, mais uma expressão da capacidade de liderança política do Brizola.

“Na realidade, o que eles faziam era disseminar as ideias que o Brizola pregava, no sentido, como falei, de mudar as estruturas econômicas e sociais do País. (...) faziam reuniões. Muita gente levava aquilo como se fosse algo importante demais, porque se tratava de uma ideia do Brizola. A liderança do Brizola era fantástica. Se o Brizola pudesse ter sido, naquela época, candidato a presidente da República, ninguém ganharia dele no País inteiro. Ele era um líder consagrado. Ele era convidado até por estudantes para fazer palestras. Lembro de tê-lo acompanhado em uma palestra no interior de São Paulo para uma imensidão de estudantes. Acho que foi numa universidade. Apareceram centenas de jovens, homens e mulheres, embebidos com as ideias do Brizola.”

Os discursos de Brizola e sua capacidade de mobilização

política, com alcance nas mais diversas camadas sociais, era para Borges a grande arma empregada na obtenção do seu próprio fortalecimento político; esse sim seria o objetivo de todo o movimento brizolista naquele momento. Conforme suas palavras: “O Brizola queria, na realidade, ter mais espaço político através dos Grupos dos Onze. Ele nunca pensou, a meu ver, em fazer revolução. Em outra passagem, Ney Ortiz reforça: “A ideia dele não era fazer revolução. A ideia do Brizola era fortalecer-se politicamente.”

As colocações de Ney Ortiz Borges reforçam a percepção de que a liderança de Leonel de Moura Brizola era fundamental ao Partido, mas ao mesmo tempo fonte de tensões, em especial ao reconhecer e identificar no conservadorismo dos trabalhistas as dificuldades e óbices ao avanço das reformas. O conservadorismo do PTB é que estava sendo questionado e colocado em foco pelas pretensões e ações para maior engajamento político, com efetivo envolvimento popular, em defesa das transformações anunciadas nas campanhas. O interesse político de Brizola, com propósito de projeção e afirmação política é destacado pelo entrevistado, circunscrevendo o movimento em termos objetivos mais restritos e personalistas.

Outra entrevista selecionada para exame neste artigo é do ex-prefeito de uma cidade do interior gaúcho – Constantina - um município criado em 1959, desmembrado em grande parte de Sarandi. Constantina situa-se no norte do Rio Grande do Sul e faz divisa com os municípios de Nonoai, Ronda Alta, Sarandi, Palmeira das Missões e Rodeio Bonito. Uma cidade predominantemente agrícola, com uma dinâmica populacional relativamente estável no período considerado, que enfrentava uma acirrada disputa política entre seu pequeno eleitorado.

O depoimento do advogado Hermeto Araujo¹⁵, vereador e prefeito pelo PTB, abre novas perspectivas para pensarmos a dinâmica dos Grupos dos Onze, bem como seu enraizamento junto ao Partido, o que vai permitir um bom contraponto a visão e retrospectiva oferecida pelo ex- Deputado Federal Ney

15 Entrevista realizada em 10 de junho de 2011 por Carla Brandalise e Marluza Marques Harres.

Ortiz Borges. Ao discorrer longamente sobre as atividades do PTB e sua inserção política na região, Hermeto Araujo ofereceu algumas informações sobre a formação dessas organizações populares incrementadas em meio à crise política e ao avanço das forças sociais progressistas. O primeiro passo envolveu diretamente as lideranças do partido na região, que se reuniram e formaram um grupo matriz, assim constituíram-se assumindo a responsabilidade pela constituição e orientação das organizações populares. Segundo Hermeto Araujo:

“(...) foi em outubro de 1963 que o Brizola criou os Grupos de Onze. Então nos reunimos, Sarandi, Constantino e Nonoai, juntamos aquele pessoal...11 companheiros do PTB, da cepa, como dizíamos e criamos o Grupo dos 11. O Grupo do grande Sarandi. Criamos o grande Grupo de Sarandi primeiro, depois cada um foi criando seus grupinhos. Ao todo foram criados uns cinco mil e poucos em todo o Rio Grande do Sul, com quase sessenta mil pessoas filiadas em todo o Rio Grande.”

Certo orgulho perpassa o relato de Hermeto Araujo ao destacar seu envolvimento como liderança trabalhista regional, articulado em tarefas partidárias com companheiros de outras cidades. A expressão numérica das organizações, com alcance em todo o Rio Grande do Sul, oferece a dimensão e força do trabalhismo, tal como eram avaliadas por esses trabalhistas na época. Araujo tomou parte na organização dos Grupos e esse envolvimento foi significativo para sua cidade, sendo reconhecido seu valor enquanto aprendizado organizacional e reivindicatório, ambos obtidos com aquelas experiências. Destacou com ênfase que “o primeiro ginásio estadual se criou na cidade de Constantina, graças até vou dizer aos Grupos dos Onze, porque nos ensinou como é que se organizava.”

O direcionamento foi para que cada uma das lideranças regionais se empenhasse em seus municípios e incrementasse a criação e organização dos Comandos Nacionalistas: “Depois lá em Constantina, nós criamos... Eu criei o meu Grupo dos Onze. O grupo era de onze companheiros, tipo um time de futebol, tinha um presidente e um secretário. As coisas giravam em torno do Presidente e deste Secretário, que comandavam e faziam cumprir

as ordens. Reuníamo-nos. Uma vez por mês reuníamos também aquele Grande Grupo de Sarandi.”

O significado das atividades desenvolvidas no movimento foi evidenciado por Hermeto Araujo ao revelar as questões e reivindicações em foco no exercício de sua liderança na cidade.

“O sentido dos Grupos dos Onze, que as pessoas taxavam como comunista, e a esse respeito não tinha coisa nenhuma, era uma organização popular das mais lindas que teve no Brasil e no Rio Grande do Sul. Nós fomos incumbidos de fazer um levantamento de todas as necessidades regionais, um levantamento em cada município. Primeiro levantamento era para uma possível reforma agrária, tínhamos que ver se tinha uma área dentro do nosso município que deveria ser distribuída para quem não tinha terra. Segundo lugar, levantamento de quem precisava...por que naquele tempo tinha os agregados... eram pessoas que morava na terra, com a família, empregados nas fazendas. Era cheio de agregados. Esses eram elementos com tradição e que precisavam de terra. Levantamos todos os agregados, as condições das famílias (...) inclusive analisamos as prioridades (...). Foi feito um trabalho nesse sentido muito bonito.”

Dentro da política reformista propagandeada na época, a Reforma Agrária foi uma das mais polêmicas e destacadas, com ampla repercussão, especialmente em 1963 quando grande pressão estava acontecendo para que medidas concretas fossem tomadas pelo governo. As mobilizações pela mudança na estrutura agrária e pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais tornavam-se realidades. A entrevista com Hermeto Araujo revela que a distribuição de terras foi uma das expectativas criadas pela atuação dos grupos e entre seus membros. Os levantamentos das terras potencialmente disponíveis, bem como o levantamento e listagem das condições e nomes das pessoas que deveriam receber terras, aportavam credibilidade ao movimento e possivelmente, impactavam positivamente. A documentação relativa a esse trabalho foi toda queimada com a instalação da ditadura militar. Afirmou que “queimaram de medo”.

A educação apareceu como outra questão de grande interesse político na região e, segundo Hermeto Araujo, também mereceu o

trabalho e o empenho reivindicativo dos Grupos de Constantina. Afirma que os levantamentos sobre as demandas escolares já vinham sendo realizados, contudo destaca a ampliação da rede escolar como uma conquista desta conjuntura de mobilização e organização. Para Hermeto Araujo:

“Os Grupos dos Onze, se analisar foi um trabalho assim inteligentíssimo de mobilizar o Rio Grande, de conhecer o Rio Grande, através de companheiros que não tinham interesse nenhum politicamente, há não ser colaborar com o governo nosso, que queria fazer alguma coisa que achávamos que era justo: a reforma agrária e a educação.”

A liderança de Brizola é reconhecida e este é considerado um visionário na visão retrospectiva do entrevistado, tendo sido o grande articulador político do PTB desde a Campanha da Legalidade, suas orientações eram seguidas e difundidas por todos.

“O Brizola tinha uma visão 20 anos na frente. (...) Ai veio a tentativa do Golpe de 1961. O Brizola convocou todos através do rádio. Antes do Golpe, toda sexta feira, o Brizola falava na Rádio... Rádio Guaíba. (...). Nós do PTB se reunia em uma casa para escutar o Brizola. Para receber as instruções. E o PSD se reunia em outra casa de medo, para ver o que ia acontecer. Sexta feira, tu não pegavas ninguém em casa. Todo mundo ia ouvir o Brizola. E ele orientava... Vinha nos advertindo.”

Em um primeiro momento, os dois episódios, a Campanha da Legalidade em 1961 e a organização dos Grupos de Onze em 1963/64 se misturam e se confundem, como vemos nesta passagem:

“Não foi o exército que não quis deixar o Jango assumir. Quem não queria que o Jango assumisse foram (...) os latifundiários, as multinacionais, os EUA (...). Eles que preparam tudo (...). Por que não tinha ninguém comunista, nem sabiam o que era o comunismo. Queriam, as pessoas que pensavam um pouquinho, (...) ter mais justiça social. (...) Não era para assumir o Jango. Ai que o Brizola nos motivou. E é tão verdade que não foi só o PTB que se rebelou e exigiu a posse do Jango. Foi a sociedade. (...) A sociedade sentiu, a sociedade não pactuava com aquilo.

Aproveitamos a nossa organização do Grupo dos Onze e mobilizamos nosso pessoal. Compramos armas e balas. (...) Em Constantina, criamos um Quartel General em defesa da democracia. (...) tomamos conta da cidade (...) cuidávamos de tudo que acontecia.”

A resistência e estranhamento que os Comandos Nacionalistas provocaram, também ficaram relativamente subsumidos nesta sobreposição dos dois movimentos. O consenso construído na Legalidade e, por extensão, a legitimidade da luta em defesa da posse do presidente João Goulart aparecem reafirmados e representam uma vitória. Mesmo a resistência armada não suscita neste contexto um estranhamento, pois vinculava-se ao movimento da legalidade.

“Na de 1964, sim, no golpe mudou a história. Quando perderam a Legalidade, quando viram que o povo estava organizado e que não era só o PTB... aí eles se prepararam, se reorganizaram e vieram em 1964. Em 1964 nos pegaram a traição. Nós não estávamos mais tão bem, pois o Brizola tinha ido embora. Nós não estávamos tão bem organizados e quando vimos nos pegaram de surpresa. (...) Começaram a prender as pessoas que eram desses Grupos, mas que não sabiam que eram. Mas eles... aí veio os ditadores (...) Veio a política da revanche. Era vereador nessa época, líder da bancada (...). Veio as perseguições.”

Apreende-se, enfim, que Hermeto Araujo esteve na base da organização efetiva dos Grupos no interior do estado, nestas localidades ao norte e centro do estado. Em seu depoimento, aparece igualmente que a congregação dos trabalhistas em torno das discussões já ocorria previamente à fundação propriamente destes grupos organizativos. O trabalho político e social realizado no movimento destaca-se na sua narrativa, pois promoveria um relevante levantamento a propósito das necessidades que as populações dos diversos municípios sofriam. A questão da posse da terra apareceu como uma das mais prementes a surgir enquanto reivindicação, junto com a ampliação da rede educativa, outro ponto destacado constantemente pelo entrevistado. Observa-se que as discussões com os membros destas pequenas organizações eram, evidentemente, bastante direcionadas pelos militantes do

partido. Percebe-se um cuidado fundamental em negar que os Comandos Nacionalistas pudessem ser associados ao comunismo, negando, em um primeiro momento, qualquer potencialidade de agitação social. Esta só ocorreria em caso de necessidade reativa. Tentava-se corroborar um pressuposto pacífico, idealista, com vocação democrática.

As duas entrevistas revelam, cada uma a seu modo, a importância da repercussão dessa incipiente mobilização popular associada às atividades do PTB. Chama atenção o número de pessoas envolvidas, chegando perto de sessenta mil, segundo Hermeto Araujo. Número surpreendente quando pensamos no silêncio que cerca essa memória, que merece o esforço de pesquisa com base na metodologia da história oral para que seja atualizada e se possa efetivamente refletir sobre essa experiência coletiva de organização e participação política.

Dois eixos de questões emergem da visão retrospectiva possibilitada pelas narrativas dos antigos políticos do PTB. Por um lado, reencontramos a dificuldade em assumir o envolvimento oficial do partido (PTB) na mobilização popular, revelando-se a tendência de minimizar essa participação, ou deslocá-la para a militância secundária, por outro lado, reporta-se a Leonel de Moura Brizola a responsabilidade, às vezes exclusiva, pelo movimento, fundamentando uma associação direta entre líder e massas, sem passar pelos cânones do partido. Apesar da posição e relato do deputado Ney Ortiz Borges, dificilmente poderemos deixar de reconhecer os vínculos partidários e o movimento de abertura em direção aos populares, especialmente em direção as populações do meio rural, o que fica bem evidenciado no depoimento de Hermeto Araujo. Mas sem dúvida a liderança de Brizola aparece como um elemento indiscutível.